

## Princípios de Bom Governo

### Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do setor Empresarial do Estado aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Lusa está sujeita a instrumentos jurídicos próprios pelo facto de se inserir no setor da Comunicação Social.

Entre outros, destacam-se os principais:

- ❖ Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa com a última alteração pela Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o regime jurídico da concorrência e dá nova redação ao n.º 4 do artigo 4.º da Lei da Imprensa.
- ❖ Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e que foi alterada e republicada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro.
- ❖ Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de maio de 1993.
- ❖ Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português 1 de janeiro 2017 e visado pelo Tribunal de Contas a 13 de julho 2017.
- ❖ Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- ❖ Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações operadas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, que modifica as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, bem como o regime aplicável aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios.
- ❖ Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto que estabelece o novo regime da contratação pública e que revogou Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e o Decreto-Lei n.º 197/99.
- ❖ Acordo de Empresa entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e o Sindicato dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de abril de 2009.

### Transações relevantes com entidades relacionadas

- ❖ A Lusa detém participação nas seguintes entidades:
- ❖ A EPA – European Pressphoto Agency, uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 15.000 euros (quinze mil euros) cada, que representa 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição.
- ❖ O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações, bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros), representando 4% do respetivo capital social.

Os saldos e as transações com as entidades relacionadas no período em análise, estão evidenciados nos quadros seguintes:

**Saldos com partes relacionadas - IVA Incluído**

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Estado Português	Acionista	-	-	-	-	-	-
<b>Global Media Group</b>	Acionista	<b>106.540</b>	<b>117.506</b>	-	-	-	<b>1.452</b>
Global Notícias - Media Group, S.A.		83.519	-	-	-	-	-
Global Notícias, Publicações		-	84.473	-	-	-	-
Global Notícias-Ag. Informação Imagem		-	-	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		14.071	21.107	-	-	-	-
Jornal do Fundão		1.044	1.044	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		2.712	5.469	-	-	-	-
Açormédia		5.193	5.413	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	-	1.452
<b>Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.</b>	Acionista	<b>97.353</b>	<b>93.469</b>	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		36.102	26.884	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		61.251	56.273	-	-	-	-
Medipress-Soc. Journalist. E Editor., Lda		-	10.311	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	-	-	-	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	23.680	8.488	-	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	50.238	51.978	-	-	-	-
O Primeiro de Janeiro, SA	Acionista	81.809	81.809	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	1.558	1.558	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	81.567	81.567
<b>TOTAL</b>		<b>361.179</b>	<b>354.808</b>	-	-	<b>81.567</b>	<b>83.019</b>

**Transações com partes relacionadas - IVA Incluído**

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
Estado Português	Acionista	15.838.364	15.838.364	-	-	-	-
<b>Global Media Group</b>	Acionista	<b>473.626</b>	<b>505.279</b>	-	-	<b>16.812</b>	<b>10.341</b>
Global Notícias - Media Group, S.A.		331.417	-	-	-	-	-
Global Notícias, Publicações		-	355.108	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		84.427	88.842	-	-	-	-
Jornal do Fundão		4.175	4.078	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		32.613	34.376	-	-	-	-
Açormédia		20.994	22.876	-	-	-	240
Notícias Direct		-	-	-	-	16.812	10.101
<b>Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.</b>	Acionista	<b>481.338</b>	<b>479.209</b>	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		142.898	105.873	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		338.440	334.332	-	-	-	-
Medipress-Soc. Journalist. E Editor., Lda		-	39.003	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	-	649	-	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	94.227	99.084	-	-	-	3.102
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	487.042	502.565	-	-	-	-
O Primeiro de Janeiro, SA	Acionista	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	18.699	18.699	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	108.756	108.433
<b>TOTAL</b>		<b>17.393.296</b>	<b>17.443.200</b>	<b>0</b>	<b>649</b>	<b>125.568</b>	<b>121.876</b>

Os mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas são os mesmos implementados para com os clientes e fornecedores, e que resumidamente se baseiam no envio dos saldos com as partes relacionadas em causa, detalhando as faturas vencidas e a vencer. No final de cada exercício, estas transações são circularizadas pelos procedimentos de certificação de contas do ROC.

## Outras transações

### a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A Lusa adota os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Operações e Compras, integrado na Direção de Operações e Sistemas até dezembro de 2016 e na Direção de Áreas de Suporte a partir de janeiro de 2017.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a €500 é obrigatória, de acordo com normativo interno (Regulamento de aquisição de bens e serviços aprovado em reunião do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2010), a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. As aquisições de valor superior a €5 mil seguem os respetivos trâmites de processo de contratação pública e são registadas na plataforma eletrónica de negociação (Vortal) e no portal base.gov.

Durante o ano de 2017 foi efetuado 1 concurso público de aquisição de serviços, no valor de €237.600, e 57 ajustes diretos de aquisição de bens e serviços, no valor de €1.542.940, num total de 58 procedimentos contratuais no montante global de €1.780.540, verificando-se uma cada vez maior conformidade com os procedimentos de contratação pública, tanto em quantidade como em valor.

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a €5 milhões.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2017 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual
Locação/aquisição de bens móveis									22	364.909 €	22	364.909 €
Concessão de obras públicas									4	99.805 €	4	99.805 €
Aquisição de serviços	1	237.600 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	31	1.078.226 €	32	1.315.826 €
TOTAL	1	237.600 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	57	1.542.940 €	58	1.780.540 €

#### b) Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Em 2017 não existiram transações que não tivessem ocorrido em condições de mercado.

#### c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar €1 milhão)

Em 2017, apenas um fornecedor faturou à Lusa um valor global acima dos 5% do total de fornecimentos e serviços externos sem, no entanto, ultrapassar €1 milhão. A faturação da MEO, incluindo IVA, ascendeu a €739 mil.

## Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

### 1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais para 2017:

- a) O alargamento da área de influência a novos mercados e criação de novos produtos, minimizando a perda de receitas próprias e a prestação de um serviço de referência para os clientes;
- b) A assinatura com o Estado de um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para vigorar no triénio 2017-2019;
- c) O cumprimento do Contrato de serviço público.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2017 foi aprovado em Assembleia Geral da Lusa a 5 de junho. No entanto, após a votação, a representante do Acionista Estado, emitiu a seguinte declaração de voto: *“O voto favorável do acionista Estado pressupõe que, no exercício de 2017, a empresa irá ajustar a execução do orçamento por forma a que a despesa em FSE não ultrapasse 4,010M€ e os gastos com pessoal não ultrapassem 10,176M€, sendo que estes valores só poderão ser, eventualmente, aumentados caso o volume de negócios venha a ser superior, em resultado do incremento das vendas e/ou prestações de serviço não abrangidas pelo serviço Público, face ao previsto no PAO, devendo para este efeito ser solicitada autorização, nos termos legalmente previstos.”*

Adicionalmente, o despacho n.º 647/17-SET do Exmo. Sr. Secretário Estado do Tesouro de 23.8.2017, cujo teor é “Concordo que ao valor global dos FSE seja expurgada a parte cofinanciada do projeto (Google) em apreço”, permitiu que o valor de FSE, sem os gastos do projeto referido, permanecesse ao nível de 2016, ou seja, de €3.817 mil, constituindo assim este o valor de referência para efeitos de controlo orçamental sem o dito projeto.

Esta decisão do acionista maioritário, de redução nos gastos com pessoal do valor de €240 mil e nos fornecimentos e serviços externos de €250 mil, teve, como consequência, o adiamento, à semelhança do que já havia acontecido em 2016, da contratação de novos jornalistas, para reforço da estratégia digital em curso e de novos correspondentes para o reforço das redes nacional e internacional, conforme preconizado no CPSNIIP para o triénio 2017-2019.

Em novembro, a Lusa lançou o Novo Portal Lusa, que foi acompanhado da implementação dos serviços desenvolvidos no âmbito do projeto, nomeadamente a Agenda Financeira, um serviço online que permite o planeamento da atividade das empresas, segundo o calendário económico-financeiro de outras empresas ou organismos, nacionais e internacionais; o Info3E, um serviço online aglomerador de relatórios, estatísticas e comunicados, com informação macroeconómica sobre Portugal, os seus parceiros económicos, a União Europeia e os países do G7, proveniente de fontes internas e de organizações internacionais; e a “Carta de Portugal”, informação gratuita vocacionada para o cumprimento de serviço público.

Para além destes novos serviços, em outubro, a Lusa disponibilizou o novo serviço LusaPhoto 2nd Market, um serviço composto por fotografias cuja comercialização assenta num regime de compra de exclusividade dos direitos da imagem, destinado essencialmente a meios de comunicação social estrangeiros e a meios de comunicação social nacionais, cujo formato é sobretudo baseado em fotografia (excetuam-se as Agências de notícias).

Também em outubro a Lusa relançou o serviço Lusa News, depois de uma requalificação do serviço durante o verão de 2017. O serviço, com mais conteúdos e com maior consistência na oferta diária, destina-se a empresas internacionais baseadas no nosso território, embaixadas,

consulados e demais organismos estrangeiros em Portugal que necessitem receber uma linha da atualidade de Portugal e da Lusofonia, em Inglês.

Tal como nos anos anteriores, também em 2017 a atividade comercial da Lusa focou-se, por um lado, na fidelização dos atuais Clientes tentando o reforço da receita, e a angariação de novos Clientes, em especial em mercados não tradicionais quer a nível geográfico quer de segmento.

O CPSNIIP para o triénio 2017-2019, proposto pelo Conselho de Administração em 2015, foi aprovado pelas respetivas tutelas em 2016 e mereceu o parecer positivo do Tribunal de Contas, produzindo efeitos desde o dia 3 agosto de 2017, data de pagamento dos emolumentos.

Apesar do aumento dos valores de referência estabelecidos no novo Contrato 2017-2019, e de não ter sido autorizado o reforço dos recursos humanos, quer para o quadro, quer como correspondentes, por via do corte orçamental por parte da tutela financeira, a produção da Lusa ultrapassou os níveis mínimos exigidos para os conteúdos texto e fotografia; Os vídeos encontram-se em linha com o mínimo previsto; Já relativamente a áudios, cujo aumento previsto pelo Contrato de Serviço Público ronda, neste triénio, os 200%, não foi possível alcançar uma produção consistente que assegurasse mensalmente o cumprimento do previsto no Contrato.

## **2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar as normas de qualidade**

Ao nível da eficiência energética, a Lusa cumpre as normas de certificação do seu edifício-sede e, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2010 de 29 de setembro, procurou fornecedores alternativos no mercado livre e logrou reduzir a fatura energética ao longo dos anos.

Tem vindo a ser efetivada uma diminuição dos consumos de combustíveis e do número de viaturas do parque automóvel, com privilégio para uma redução da cilindrada e das emissões poluentes. Vai ser colocada em estudo a substituição progressiva das viaturas em utilização por veículos elétricos, aquando da respetiva renovação dos contratos de aluguer operacional.

Em setembro de 2014, começou a ser efetuada a contagem de eletricidade consumida pelo contentor das antenas da MEO instalado no terraço do edifício sede tendo, a partir do mês seguinte, a Lusa passado a ser ressarcida do seu custo, estimado em cerca de 4 mil euros anuais.

Está a ser equacionada a realização de um estudo acerca da autossustentabilidade energética do edifício da sede da Lusa, através da colocação de painéis solares fotovoltaicos em espaço de terraço, que permitam a produção de energia elétrica suficiente para o funcionamento regular de todos os serviços que operam naquelas instalações, por forma a reduzir substancialmente o abastecimento através da rede pública.

Encontra-se em fase de implementação, desde final de 2016, o projeto de elaboração e execução das medidas de autoproteção do edifício da sede da Lusa, incluindo procedimentos e planos de emergência e prevenção, plano e registos de segurança, alterações estruturais ao edifício, colocação de sinalética, ações de sensibilização e formação e preparação da execução de simulacro. As medidas de autoproteção serão implementadas através de um responsável e um delegado de segurança e da formação de equipas mistas pluridisciplinares de emergência, primeira intervenção, evacuação e corte de energia, transversais a todas as áreas do edifício. Foi realizado o mesmo procedimento nas instalações da delegação do Porto. A fase seguinte será estender o

projeto às restantes instalações que a Lusa explora em território nacional, no Funchal e em Ponta Delgada.

São realizadas pontualmente, no âmbito da responsabilidade social corporativa da Lusa, campanhas de doação de sangue e medula óssea e de recolha de bens alimentares não perecíveis e de bens não alimentares como brinquedos, livros, material escolar diverso ou fraldas e produtos de puericultura.

### **3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial**

#### **a) Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores**

A Lusa procedeu, em 2017, ao Inquérito de Satisfação junto dos seus Clientes, o qual será efetuado também em 2018, com questões relacionadas com a qualidade do serviço, nomeadamente em termos da sua assistência comercial, assistência técnica, plataforma eletrónica online e serviços noticiosos propriamente ditos. Globalmente, o resultado do inquérito foi positivo, tendo sido aferida uma média global de 74,5% de respostas nos níveis Excelente e Bom.

A Lusa continuou, em 2017, a apoiar a CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS e da divulgação dos projetos e atividades daquela associação.

A Lusa aderiu, em 2016, ao Compromisso de Pagamento Pontual a fornecedores, tornando-se parte ativa deste movimento de responsabilidade social na promoção de uma cultura de pagamento pontual e da competitividade da economia portuguesa que atualmente já inclui cerca de 1020 entidades de vários quadrantes da economia portuguesa. De referir que ao longo dos últimos anos a Lusa, em conformidade com a RCM n.º 34/2008 e do despacho 9870/2009, tem vindo a reduzir o seu prazo médio de pagamentos a fornecedores situando-se em 31 dias no final de 2017.

Em fevereiro a Lusa aliou-se às iniciativas de colheita de sangue e registo de dadores de medula óssea, promovendo as mesmas junto dos seus trabalhadores. A ação não chegou a decorrer uma vez que não foram reunidas as condições mínimas para que uma carrinha do CEDACE se deslocasse à Lusa, nas suas instalações no Porto e em Lisboa. Tal deveu-se a uma população muito elevada já devidamente registada como Dadora de Sangue e/ou Medula Óssea.

Em junho, a Lusa organizou, junto dos seus trabalhadores em Lisboa e Porto, uma recolha de donativos destinados às vítimas dos Incêndios de Pedrógão Grande, entregues a Instituições de solidariedade social em dois momentos – julho e outubro.

Durante o ano de 2017 manteve-se o apoio às atividades do Clube Lusa.

#### **b) Políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, bem como regras implementadas com vista ao desenvolvimento sustentável**

Em termos de desenvolvimento sustentável, para além das medidas referidas anteriormente, a Lusa adota políticas operacionais de eficiência energética e económica e de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere a:

- periódica verificação da qualidade do ar e da água da rede pública das instalações da sua sede;
- recolha, tratamento e reciclagem seletiva de resíduos, nomeadamente à separação de lixo orgânicos, papel e cartão, plástico e metal, vidro e pilhas e baterias;



- redução do consumo de papel, para impressão ou fotocópia, e utilização de papel reciclado;
- reciclagem de material eletrónico, nomeadamente informático e fotográfico, através da sua venda a preços simbólicos aos trabalhadores interessados ou recolha para sucata eletrónica, em respeito das normas ambientais em vigor;
- reciclagem de mobiliário de escritório, com a doação a escolas ou IPSS;
- redução do consumo de eletricidade, através da substituição de toda a iluminação por lâmpadas de baixo consumo (LED), da programação da iluminação exterior e das zonas interiores comuns ou da utilização, sempre que exequível, de máquinas com função stand-by;
- redução do consumo energético e aumento da eficiência térmica, com a substituição da bomba de calor instalada no terraço do edifício;
- diminuição do consumo de água canalizada, com a substituição de torneiras convencionais por doseadoras e temporizadoras, e engarrafada.

Em termos de qualidade do ar nas suas instalações, a Lusa opera um sistema de tratamento (insuflação de ar tratado e extração de ar viciado), garantindo assim uma boa qualidade do ar do edifício da Sede, para todos os seus colaboradores.

A empresa procede também a uma verificação regular da qualidade do ar interior (QAI) do edifício, através de uma empresa certificada. De igual forma, é efetuada a monitorização da qualidade da água canalizada, através de análises periódicas em diversos pontos de recolha de amostra.

Ao nível do tratamento e reciclagem, a Lusa segrega os resíduos produzidos em recipientes próprios para papel, vidro, plástico, baterias, tinteiros e lixo orgânico. O vidro e o plástico, bem como o lixo orgânico, são depois levantados pelos serviços camarários. O papel é levantado por um reciclador específico. As baterias são entregues pela empresa num local de reciclagem. Toners e tinteiros são recolhidos pela empresa que presta serviços de impressão à Lusa. Lâmpadas e outro material elétrico a destruir é entregue regularmente num local de reciclagem. Sempre que necessário, os equipamentos eletrónicos obsoletos são também enviados para reciclagem. Os filtros e outros consumíveis do sistema de climatização são reciclados pela empresa que faz manutenção do sistema nas instalações da Lusa.

No que respeita ao consumo de eletricidade, o sistema de iluminação do edifício foi modificado com a utilização de lâmpadas LED (cerca de 1200), prevendo-se uma poupança de cerca de 30% a 40% no consumo de energia elétrica, para além de garantir uma maior sustentabilidade ambiental. Foi adquirida uma UPS (Uninterruptible Power Supply) de substituição para prevenção de paragens de produção decorrentes da interrupção do fornecimento de energia e proteção de aparelhos em caso de subtensão, sobretensão ou sobrecarga de energia.

Integrado num programa mais vasto de promoção da melhoria do sistema de climatização e da eficiência térmica e energética, no âmbito de remodelações em curso no edifício da sede (recondicionamento do edifício às exigências de segurança da Autoridade Nacional de Proteção Civil, recuperação e remodelação do piso 0 e melhorias de carácter geral), foi adquirida e instalada, em 2017, uma nova bomba de calor.

Relativamente ao consumo de água, a Lusa utiliza equipamentos de tratamento e purificação de água canalizada, servindo igualmente o consumo diário de água pelos trabalhadores, tendo este sistema sido substituído, em 2017, por outro mais moderno e eficiente.

A Lusa mantém os procedimentos, estudando a implementação de outros, baseado nos 3R (Reduzir, Reciclar e Reutilizar), por forma a reforçar as políticas que, entretanto, foram desenvolvidas, sobretudo ao nível do consumo energético e de papel e da reciclagem. Tem igualmente participado nos workshops promovidos sobre a matéria, nomeadamente no workshop promovido pelo ESPAP, “SNCP e novos desafios para economia sustentável”.

**c) Planos de igualdade com vista a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres com vista a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional**

A Lusa não faz distinção de género entre os seus trabalhadores e respeita o princípio da igualdade de oportunidades. Com efeito, o ponto 5.5 do código de Ética da Agência estipula que “a Lusa assegura a todos os seus colaboradores a progressão na carreira profissional em condições de igualdade de oportunidades, sem quaisquer discriminações, de acordo com o mérito individual e na observância de regulamento próprio.”

Foi elaborado, em 2016, um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas, nos termos do disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março.

Em 31 de dezembro de 2016, entre os 258 trabalhadores, 124 eram homens (48,1%) e 134 mulheres (51,9%).

O grupo Jornalistas tinha 202 elementos, sendo que 99 eram homens (49%) e 103 eram mulheres (51%). Destes 202, 183 pertencem ao efetivo ao serviço (compara com 183 em 2015), 11 estão em situação de pré-reforma e 8 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

A estrutura de quadros de chefias é repartida por 43 homens e 28 mulheres.

Os órgãos sociais são integrados por 6 mulheres e 5 homens.

**d) Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade de Género**

Com vista a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, a Lusa não faz distinção de género entre os seus trabalhadores e respeita o princípio da igualdade de oportunidades.

No sentido de permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, a Lusa tem atendido, e continuará a fazê-lo sempre que os requisitos das funções assim o permitam, aos pedidos de teletrabalho, facilitando desta forma uma maior flexibilização de horários.

Assim que seja levantada a proibição de valorizações remuneratórias a empresa procurará fazer as correções que possam vir a ser identificadas como diferenciadoras de género, sobretudo nos cargos técnicos e de chefias.

De acordo com objetivos da Estratégia Europeia 2020 bem como das prioridades do Estado Português relativamente à igualdade de género no quadro dessa Estratégia e ainda no âmbito das iniciativas do Fórum Empresas para a Igualdade de Género – IGEN, a Lusa e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE, celebraram um acordo, no dia 5 de dezembro de 2017, no qual a Agência se compromete a:

- a) Aderir ao Fórum Empresas para a Igualdade de Género – O nosso Compromisso;
- b) Assumir a concretização dos compromissos em matéria de igualdade de género, nos termos constantes do Anexo ao Acordo, que dele faz parte integrante, com base nos diagnósticos realizados internamente, utilizando, entre outros, o Guia de Auto-avaliação da Igualdade de Género nas Empresas (Projeto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas - CITE);
- c) Compromete-se, ainda, a:
  - i. Participar nas reuniões de trabalho e nas atividades do Fórum, de forma ativa, com as outras organizações e com a CITE;



- ii. Aceitar que o Fórum divulgue as ações e boas práticas, bem como os progressos registados, a acordar mutuamente, em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional que possam vir a ter impacto e ser replicadas junto de outras organizações.

**e) Políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo da produtividade**

Existem equipas de projetos multidisciplinares, em que os trabalhadores são chamados a intervir em áreas de atividade fora do âmbito do seu trabalho específico do dia-a-dia, o que contribui para a valorização profissional e motivação pessoal. Neste capítulo é de referir o projeto DNI/Google que é um espelho claro desta tendência de valorização profissional.

Tendo em vista uma substancial melhoria do plano de formação e acompanhamento de estágios, em 2017, pela primeira uma jornalista da Direção de Informação dedicou-se 100% a estes temas.

Os resultados traduziram-se em valorização profissional, e também em estímulo ao desempenho. O plano de formação para 2017 envolveu desde temas técnicos específicos à função, à formação em tecnologias de informação, imprescindível para o alinhamento com as metas estratégicas definidas. Estas iniciativas têm sido um sucesso de participação pelos formandos, permitindo nalguns casos a melhoria do clima interno da empresa através de um maior cruzamento interdepartamental de experiências o que leva indiretamente a uma criação de um espírito de equipa mais forte e saudável. Em 2017, foram ministradas 5.249 horas de formação, com a introdução de outras ações com uma maior carga horária, nomeadamente Inglês.

Ainda dentro do âmbito da formação, a Lusa tem uma parceria privilegiada com o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR), responsável por grande parte das ações de formação na área editorial. Simultaneamente, foi feito um protocolo institucional com o Centro de Estudos Judiciários, para apoio especializado na área da Justiça. As aulas de Inglês foram contratualizadas com uma entidade certificada, o Creative Learning Centre.

**f) Política de responsabilidade económica, por via da investigação, inovação, desenvolvimento e da introdução de novas tecnologias; plano de ação para o futuro e medidas de criação de valor para o acionista**

A Lusa considera essencial a prossecução da estratégia como agência de notícias multimédia, com a produção e distribuição de informação para várias plataformas, mantendo o elevado grau de desempenho no cumprimento do serviço público que lhe está cometido.

Como maior agência noticiosa em língua portuguesa, com correspondentes e delegações em todos os países onde se fala o português e ainda com uma rede de jornalistas residentes nas cidades com fortes comunidades de falantes nesta língua, a Lusa procurou aproveitar e potenciar esta situação privilegiada e candidatou-se, em 2015, ao programa Digital News Initiative Innovation, lançado pela Google, com o projeto “Portuguese News Hub”. Em 2016, a Lusa foi informada que o seu projeto “Digital News Hub for the Portuguese Speaking World” tinha sido aprovado pela Google. O “Go live” do novo site ocorreu no dia 2 de novembro de 2017.

Num mercado altamente competitivo e em retração, não se prevê, antes pelo contrário, que abrande a crise económica e financeira nos media e muito menos a forma de consumir a informação, cujo paradigma ainda se encontra por definir.

Consome-se mais informação, em plataformas cada vez mais diversificadas, e preferencialmente com o menor custo. Neste quadro, cabe à Lusa reforçar a sua diferença e reinvestir nas suas redes nacional e internacional.

Plataformas de influência, mobilidade, flexibilidade, reforço de parcerias e sinergias permitirão à Lusa ser mais abrangente no serviço que produz e distribui no âmbito do serviço público, nomeadamente:

- Reforço de uma rede capaz de cobrir Portugal Continental e Ilhas, as comunidades falantes de língua portuguesa a nível global e os países mais relevantes em termos geoestratégicos para o País;
- Realização de parcerias e sinergias com agências de notícias internacionais e órgãos de comunicação social nacionais e internacionais;
- Redefinição da função das áreas de suporte tendo em vista o paradigma do mercado da comunicação social, sustentado num plano estratégico dos sistemas de informação acompanhado por uma aposta nos recursos humanos da empresa, através do desenvolvimento de melhores competências de gestão.

O plano estratégico dos sistemas de informação será um instrumento vital para definir o futuro da Lusa de modo a ultrapassar os anos de inércia que se registaram nas tecnologias de informação antes de 2015. É necessário implementar uma arquitetura de sistemas de informação tendo por base as necessidades operacionais e estratégicas da Lusa de modo a ter uma base de conhecimento que permita, de um modo eficiente e eficaz, atingir os objetivos e reforçar a posição da agência no seu setor de atividade.

Nesta estrutura devem ser considerados 5 níveis:

- A base tecnológica, onde se incorporam todas as infraestruturas tecnológicas de hardware, comunicações e redes;
- As aplicações operacionais, não proprietárias (open system), de apoio ao negócio, nomeadamente o sistema de Content Management System para área editorial; sistema de Customer Relationship Management para Marketing e Vendas; sistema administrativo e financeiro para as áreas de suporte da empresa;
- As interfaces que permitam ter bases de dados abertas através de API's de cada sistema operacional;
- O armazenamento e consolidação de dados numa estrutura homogénea e consistente que permita uma flexibilidade na obtenção de informação;
- E no topo, um sistema de apoio à decisão estratégica ou de Business Intelligence, que congregue a informação relevante através de várias dimensões de análise de uma forma estruturada, de acordo a arquitetura de sistemas de informação.

Para além destes aspetos, a aposta em projetos inovadores e a procura constante de melhoria dos sistemas de informação vem igualmente reforçar o processo de modernização da Agência a outro nível:

- **Transformação cultural** - Os consumidores de informação tornam-se progressivamente mais exigentes. A Lusa está a realizar um esforço de transformação acelerada a nível das equipas comerciais, técnicas e editoriais de modo a, em conjunto e coordenadamente, responderem de uma forma efetiva aos seus clientes, antecipando as suas necessidades e garantindo inovação no serviço que prestam;
- **Novas formas de Jornalismo** – A Agência continuará a prestar Serviço Público, contratualmente estabelecido com o Estado. No entanto, aposta em projetos inovadores reforçará a necessidade de novas formas de jornalismo como os repórteres de redes sociais e os *data journalists*, em que são críticas as competências na experiência do utilizador, o conhecimento informático ao nível de programação e a capacidade de tratamento de grandes volumes de dados. O trabalho do jornalista torna-se cada vez mais colaborativo, onde o consumidor final tem um papel ativo através do feedback em tempo real e da possibilidade de ele próprio ser fonte de informação. Os jornalistas da Lusa ganharão novas competências que lhes permitirão criar novos conteúdos inovadores e específicos para os diversos canais digitais;

- **Reorganização da Redação** - A incorporação de novos canais, a necessidade de resposta imediata e as novas formas de consumo de serviços, colocam novos desafios e exigências ao nível da velocidade da linha de produção editorial e do conhecimento de ferramentas tecnológicas distintos daqueles que uma redação tradicional enfrenta. Nesse sentido, por exemplo o projeto “Portuguese News Hub” obrigou a uma reorganização interna significativa, através do reforço da área editorial com equipas especializadas em canais digitais.

Ainda em 2018, no âmbito da inovação/modernização, a Lusa mantém a sua participação na Minds International, uma rede de agências noticiosas que colaboram entre si, ao mais alto nível executivo, suportando o desenvolvimento digital das agências e da indústria dos media em geral e na EANA – European Alliance of News Agencies, organização a qual pertencem a grande maioria das agências europeias e que tem como objetivo partilhar conhecimento e sinergias entre as agências associadas.

## **Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo**

A Lusa adota os Princípios de Governo Societário definidos no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. A Grelha de aferição, constante deste relatório, permite verificar o cumprimento das recomendações efetuadas pela UTAM.

## **Código de Ética**

### **1. Apresentação**

A Missão, a Visão, os Princípios Gerais, os Valores e as Normas de Conduta constantes do Código de Ética integram a Cultura da Lusa, a qual deve presidir à conduta profissional de todos os que trabalham na empresa, impondo a sua divulgação junto das “partes interessadas”.

### **2. Objetivos**

#### **a) Missão**

A Lusa, única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a prestação ao Estado Português de um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.

#### **b) Visão**

Afirmar a importância nacional e internacional da Lusa, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

### **3. Princípios gerais e valores**

#### **a) Comunidade humana de trabalho**

A Lusa assume-se como uma comunidade humana de trabalho, fundada em interesses e orientações definidas pelos seus acionistas e estruturada no respeito pelos direitos dos que nela trabalham e na cooperação mútua.

#### **b) Serviço Público**

Em função do contrato de prestação de serviço público celebrado entre o Estado e a Lusa, esta agência presta serviço noticioso e informativo de interesse público. Este facto reforça a sua dimensão socioeconómica e a necessidade de ser reconhecida como organização socialmente responsável, vinculada ao interesse geral e a princípios de sustentabilidade e de qualidade.

#### **c) Direitos humanos**

A Lusa revê-se e observa os valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nas orientações da Organização Internacional do Trabalho, nomeadamente no que se refere aos princípios da não discriminação e da igualdade de tratamento e de oportunidades.

#### **d) Legislação**

A Lusa desenvolve a sua atividade no respeito pela legislação em vigor e recusa todas as situações de fraude e quaisquer práticas suscetíveis de falsear ou tornar menos transparentes os negócios e processos em que participa.

#### **e) Valores**

Além do interesse público, os princípios que orientam a atividade e comportamentos dentro da organização são a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade da informação, a rapidez, a qualidade e o trabalho em equipa.

### **4. Normas de conduta**

#### **a) Vínculo**

Os jornalistas da Lusa estão vinculados ao Código Deontológico do Jornalista, e, como os demais colaboradores da Lusa, ao presente Código de Ética.

#### **b) Património**

Os colaboradores da Lusa devem constituir-se como depositários do património físico, financeiro e intelectual da empresa que lhes estiver confiado, deles fazendo o conveniente uso, não permitindo a utilização abusiva por terceiros dos serviços e ou das instalações.

#### **c) Recursos**

Os recursos da Lusa não devem, em regra, ser usados pelos colaboradores para fins pessoais, devendo as eventuais exceções ser expressamente autorizadas, desde que economicamente irrelevantes e eticamente irrepreensíveis.

#### **d) Redução de custos**

Os colaboradores da Lusa e em especial os dirigentes, no exercício da sua atividade, devem adotar os procedimentos mais adequados a uma política de limitação e redução de custos e despesas da empresa, garantir uma maior eficiência dos recursos disponíveis, e assim obter melhores resultados.

#### **e) Lealdade**

Os colaboradores da Lusa devem assumir um comportamento de lealdade perante a empresa e, no âmbito da atividade e responsabilidade profissionais, evitar a sobreposição de eventuais interesses próprios ou de terceiros, empenhar-se na garantia da defesa dos interesses da Lusa, salvaguardando e garantindo a sua boa imagem, credibilidade e prestígio.

#### **f) Criatividade**

Os colaboradores da Lusa, nomeadamente os seus jornalistas, devem integrar a exigência da criatividade como um elemento fundamental na abordagem do seu conteúdo funcional.

#### **g) Limites de competências**

Os colaboradores da Lusa devem orientar a sua atuação profissional no escrupuloso cumprimento dos limites das responsabilidades que lhes estão atribuídas, e devem fazer uso das competências que lhes tenham sido delegadas de forma rigorosa e não abusiva, tendo sempre como limite a concretização dos objetivos da empresa.

#### **h) Profissionalismo**

Os colaboradores da Lusa devem exercer a sua atividade com verdadeiro profissionalismo, brio, tempestividade e competência, e ter como objetivo a excelência do desempenho.

#### **i) Sigilo profissional**

Os colaboradores da Lusa, mesmo após o termo das suas funções, estão sujeitos ao dever de absoluto sigilo profissional, nomeadamente quanto a matérias que, pela sua natureza, envolvam a reserva da empresa e outras que, por lei, estejam interditas ao conhecimento público.

#### **j) Independência**

Os colaboradores da Lusa devem pautar o seu comportamento com independência perante todos os poderes, nomeadamente, político, económico, financeiro e religioso, e subordinar a sua atividade profissional aos legítimos interesses da empresa.

#### **k) Relações familiares**

Os colaboradores com relações familiares ou equiparadas não devem exercer a sua atividade profissional em relação hierárquica ou funcional direta.

#### **l) Conflito de interesses**

Os colaboradores da Lusa devem abster-se de, no exercício da sua atividade, participarem em processos de decisão que envolvam direta ou indiretamente pessoas ou organizações que colaborem ou tenham colaborado consigo, ou pessoas a que estejam ligados por quaisquer laços de parentesco, e informar a hierarquia da existência de conflitos de interesses.

#### **m) Incompatibilidades**

Os colaboradores da Lusa não devem exercer qualquer atividade profissional externa incompatível ou suscetível de colidir com as atividades da empresa.

#### **n) Integridade**

Os colaboradores e em especial os dirigentes da Lusa devem abster-se de práticas que possam pôr em causa a integridade do seu comportamento, nomeadamente, aceitar ou proporcionar ofertas e favores para a obtenção de vantagens ilegítimas na atividade empresarial, ou que por qualquer forma possam, no mínimo, ser interpretadas como tal e criar expectativas de favorecimentos.

#### **o) Prendas e ofertas**

Os colaboradores da empresa devem abster-se de quaisquer práticas que possam pôr em risco a irrepreensibilidade do seu comportamento, nomeadamente no que respeita a ofertas de ou a terceiros, incluindo clientes ou fornecedores.

As ofertas a terceiros não podem servir para a obtenção de vantagens ilegítimas na atividade empresarial ou ser interpretadas como tal, e não podem ser feitas a título pessoal, devendo, sempre que possível, optar-se por políticas que visem contribuir para causas sociais em alternativa à oferta comercial.

Os colaboradores não devem receber de terceiros gratificações, pagamentos ou favores, os quais podem criar, a quem os presta, expectativas de favorecimento nas suas relações com a empresa.

As ofertas recebidas de terceiros que excedam a mera cortesia ou um valor simbólico e comercialmente irrelevante, bem como a participação em eventos com componentes lúdicas não claramente criadoras de valor para a empresa, devem ser comunicadas ao superior hierárquico, e recusados se indicadores de expectativas de obtenção de favorecimento especial por parte dos ofertantes.

**p) Saúde, segurança e higiene**

Os colaboradores da Lusa devem respeitar as normas de saúde, segurança, higiene e de bem-estar no local de trabalho e concorrer para a preservação e manutenção das condições ambientais e de segurança das instalações.

**q) Formação contínua**

Os colaboradores da Lusa devem manifestar empenho na formação contínua e na permanente atualização dos seus conhecimentos tendo por objetivo a manutenção e melhoria do seu desempenho profissional.

**r) Espírito de equipa**

Os colaboradores da Lusa devem manter e cultivar entre si uma relação profissional pautada pela cooperação mútua e cordial, por saudável espírito crítico e pelo desenvolvimento de um forte espírito de equipa.

**s) Relação com os clientes**

Os colaboradores da Lusa devem manifestar elevado profissionalismo, boa-fé e cortesia na relação com os clientes e assegurar-lhes a informação indispensável sobre o serviço, de modo a apoiá-los na tomada de decisão.

**5. Valores**

**a) Respeito pela pessoa**

A Lusa respeita, em todos os seus colaboradores, a dignidade da pessoa e a reserva da intimidade da vida privada, e promove a valorização contínua através de ações que concorram para o desenvolvimento das competências humanas e profissionais dos seus membros.

**b) Assédio moral**

A Lusa garante aos seus colaboradores a proteção contra atos de assédio moral ou quaisquer outros comportamentos que atentem contra a sua dignidade pessoal, nomeadamente que revistam a forma de insultos, ameaças, isolamento, invasão da privacidade ou limitação profissional.

**c) Saúde, bem-estar e segurança**

A Lusa considera a saúde, bem-estar e segurança dos seus colaboradores como um valor inestimável a preservar.

**d) Prática exigente**

A Lusa elege os princípios da lealdade, responsabilidade, criatividade, profissionalismo, confidencialidade, independência e de integridade como prática exigente da atividade quotidiana de todos os seus membros.

**e) Igualdade de oportunidades**

A Lusa assegura a todos os seus colaboradores a progressão na carreira profissional em condições de igualdade de oportunidades, sem quaisquer discriminações, de acordo com o mérito individual e na observância de regulamento próprio.



**f) Promoção do mérito**

A Lusa promove o valor do mérito dos seus colaboradores mediante processo de avaliação de desempenho anual, nos termos de regulamento próprio.

**g) Boa-fé**

A Lusa respeita o princípio da boa-fé negocial com todos os seus fornecedores e clientes e assegura o cumprimento escrupuloso dos contratos.

**h) Relações com clientes**

A Lusa promove o rigor e a competência profissional nas relações com clientes, no respeito pelos seus legítimos direitos.

**i) Desenvolvimento sustentável**

A Lusa promove uma cultura de defesa e valorização da natureza e do ambiente, nomeadamente, evitando o desperdício e prevenindo a poluição, através de práticas de renovação dos recursos e tendo em consideração as consequências ambientais e sociais da sua atividade.

A Lusa considera o desenvolvimento sustentável um objetivo estratégico.

**j) Responsabilidade social**

A Lusa assume a responsabilidade social junto das comunidades onde desenvolve as suas atividades de forma a contribuir para o seu progresso e bem-estar, através da contribuição para uma gestão ativa dos impactos ambientais, sociais e económicos da respetiva actividade.

**6. Governo**

**a) Rigor, zelo e transparência**

O governo da Lusa é exercido com rigor, zelo e transparência pelo Conselho de Administração em cumprimento das orientações aprovadas pelos acionistas e segundo os desígnios anualmente expressos no Plano de Atividades.

**b) Bom governo**

O governo da Lusa é exercido pelo Conselho de Administração na observância dos princípios de bom governo e da excelência, nomeadamente através da adoção das melhores práticas de gestão e da promoção da competência técnica e humana.

**c) Diálogo e informação**

O governo da Lusa é exercido pelo Conselho de Administração em diálogo com todas as estruturas da organização, através de clara informação a todos os colaboradores sobre a estratégia traçada e objetivos a alcançar.

**d) Regulamentos**

O Conselho de Administração aprova os regulamentos internos considerados adequados a estabelecer normas e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da Lusa, a fim de se obter a desejável uniformização de critérios e a adequada racionalização de procedimentos, no estrito cumprimento da legislação em vigor e de contenção de custos.

**7. Considerações Finais**

O Código de Ética constitui uma importante base para fortalecer a cultura da empresa e constitui uma referência fundamental no âmbito do respetivo desempenho, na prática profissional dos seus colaboradores e no relacionamento com todos os *stakeholders*.

Por esta razão, é essencial que este instrumento seja do conhecimento de todos os que integram a Lusa, e que esteja disponível a todos os colaboradores, bem como acessível na *intranet* e no *site* da empresa.

Considerando que o presente Código é um instrumento essencial no desenvolvimento da empresa e um impulso à sua melhoria, todos os colaboradores devem sentir-se identificados com o Código e ser responsabilizados pela sua observância.

É preciso não esquecer que os desafios que atualmente se colocam às empresas passam, em primeira linha, pela adoção de comportamentos baseados num forte sentido de responsabilidade social e ética, sendo determinante a tomada de consciência sobre os impactos que o exercício da sua atividade provoca.

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008 e está disponível em [www.lusa.pt](http://www.lusa.pt).